

## **Justiça Ambiental e o Saneamento Básico na Baixada Fluminense/RJ**

Thainá Silva Oliveira  
Allan Guilherme Rodrigues De Souza

A Baixada Fluminense, região do estado do Rio de Janeiro, tem como característica uma rica rede hidrográfica - que desagua na Baía de Guanabara -, manguezais e matas, constituindo um ambiente favorável para o desenvolvimento. Tais características tornaram a região atrativa desde os primeiros séculos de colonização até os processos de industrialização e urbanização.

O processo antrópico da Baixada Fluminense foi configurado por transformações ambientais e sociais que possibilitam entender o contexto socioambiental contemporâneo, ou seja, o emprego de mão de obra escrava para as condições de navegação, utilizando os rios para escoar a produção agropecuária, pois a presença de brejos, áreas pantanosas e alagadiças, decorrente da influência das marés ou das cheias periódicas que ocorriam nos terrenos, impossibilitava a utilização das vias terrestres. Atrélado a esse momento histórico, o processo migratório do século XX, sobretudo de negros e nordestinos, sem um plano de urbanização e desenvolvimento territorial para a região, gerou um grande problema social e ambiental para a localidade.

Dados referentes a desenvolvimento humano, índices de educação, segurança pública, meio ambiente, entre outros, reafirmam ausência de condições socioambientais favoráveis. Neste trabalho, o resgate histórico inicialmente abordado possibilita compreender minimamente o contexto ambiental da Baixada Fluminense, para analisarmos o recorte temporal dos censos de 2000 e 2010 do IBGE, com foco nos dados de acesso à água encanada e esgotamento sanitário. Para isso analisamos dados do IBGE referentes ao acesso à água encanada e esgotamento sanitário. E associaremos à questão do Direito Ambiental, ou seja, como esses itens analisados são assegurados pela legislação vigente.

No Brasil há diversos dispositivos legais que instituem e/ou regulamentam a questão ambiental, se tratando de saneamento básico, cujo acesso à água encanada e esgotamento sanitário são itens principais, o artigo 3º da Lei Federal nº 11.445/07 diz:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:  
I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:  
a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;  
(BRASIL, 2007)

Os resultados demonstrados na tabela 1 referente ao censo de 2000 demonstram significativamente uma média abaixo no acesso à água encanada de todos os municípios da Baixada Fluminense (77%) com o município do Rio de Janeiro (98%), capital do Estado do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que economicamente o município de Duque de Caxias cuja porcentagem é de 69% nesse item é a 2ª cidade com maior Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro e o município de Nova Iguaçu possui a maior estação de tratamento de águas do mundo, a Estação de Tratamento de Água do Guandu (ETA GUANDU), da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE).

Referente ao Esgotamento Sanitário os municípios da Baixada Fluminense (53%) apresentam média inferior comparada ao município do Rio de Janeiro (78%). O município de Seropédica possui 11% dos domicílios com Esgotamento Sanitário, sendo o pior município da região, enquanto Nilópolis possui 78% dos domicílios com Esgotamento Sanitário, sendo o melhor município da região, ambos ocupam as posições respectivamente, 32º e 29º, no ranking do Produto Interno Bruto do Estado.

**Tabela 1 - Domicílios atendidos pelos serviços de água encanada e esgotamento sanitário ligados à rede geral no Estado do Rio de Janeiro - 2000**

Municípios	Domicílios	Água Encanada		Esgotamento Sanitário	
Belford Roxo	121.619	87.847	72%	65.019	53%
Duque de Caxias	219.977	152.546	69%	124.030	56%
Japeri	22.987	14.531	63%	6.320	27%
Magé	58.097	27.113	47%	17.097	29%
Nilópolis	44.428	42.731	96%	35.310	79%
Nova Iguaçu	260.653	210.894	81%	133.855	51%
Queimados	33.334	22.137	66%	11.517	35%
São João de Meriti	129.390	123.467	95%	86.284	67%
Seropédica	18.114	15.531	86%	2.052	11%
Baixada Fluminense	908.599	696.797	77%	481.484	53%

<b>Rio de Janeiro</b>	1.802.347	1.762.817 98%	1.405.582 78%
<b>Estado RJ</b>	4.253.763	3.540.106 83%	2.659.046 63%

Fonte: Faria, H. S. (2014).

O censo demográfico de 2010 do IBGE (tabela 2) demonstra alguns avanços e retrocessos nos índices de acesso à água encanada e esgotamento sanitário na Baixada Fluminense. No acesso a Água encanada, houve uma diminuição na maioria dos municípios em números absolutos e na porcentagem, estando à média em 75%, sendo em 2000, 77%. No acesso ao Esgotamento Sanitário, houve um aumento significativo no percentual de todos os municípios da região, estando à média em 77%, sendo em 2000, 53%. Ambas as médias são inferiores se comparadas com o município do Rio de Janeiro. Os dados apresentam um aumento no números de domicílios atendidos pelos serviços de água encanada e esgotamento sanitário, sendo somente o município de Nova Iguaçu reduzido os números pelo processo de emancipação territorial.

**Tabela 2 - Domicílios atendidos pelos serviços de água encanada e esgotamento sanitário ligados à rede geral no Estado do Rio de Janeiro - 2010**

<b>Municípios</b>	<b>Domicílios</b>	<b>Água Encanada</b>	<b>Esgotamento Sanitário</b>
<b>Belford Roxo</b>	145.677	108.529 74%	105.973 73%
<b>Duque de Caxias</b>	269.353	168.535 63%	207.813 77%
<b>Japeri</b>	28.409	23.640 83%	17.113 60%
<b>Magé</b>	70.394	28.239 40%	33.844 48%
<b>Nilópolis</b>	50.514	46.056 91%	48.537 96%
<b>Nova Iguaçu</b>	248.186	189.199 76%	193.330 78%
<b>Mesquita</b>	53.103	48.439 91%	46.442 87%
<b>Queimados</b>	42.209	34.831 83%	29.013 69%
<b>São João de Meriti</b>	147.450	137.175 93%	133.103 90%
<b>Seropédica</b>	24.256	22.741 94%	14.132 58%
<b>Baixada Fluminense</b>	1.079.551	807.384 75%	829.300 77%
<b>Rio de Janeiro</b>	2.144.445	2.111.133 98%	1.949.602 91%
<b>Estado RJ</b>	5.243.011	4.430.824 85%	4.012.947 77%

Fonte: Faria, H. S. (2014).

Portanto, a deficiência no serviço de saneamento básico na baixada fluminense, sobretudo, os serviços de água encanada e esgoto sanitário é uma realidade socioambiental da região. O contexto histórico social, econômico e ambiental da Baixada Fluminense permite inferir que o processo de desenvolvimento, o processo migratório, a ineficiência da gestão pública, a falta de planejamento territorial e ambiental, levou a região a um processo degradante, que trás como consequência problemas de saúde pública, degradação natural e conflitos sociais.

Essa sistemática a qual o saneamento básico na baixada se encontra configura-se uma injustiça ambiental, visto que limita o acesso a população (histórica, social e economicamente menos favorecida) a direitos assegurados por diversos dispositivos legais, como, o Art. 225 da CF, a Lei nº 11.445/07 e a Lei nº 9.433/97.

As ações acadêmicas, científicas e políticas na Baixada Fluminense são relevantes para a continuidade do avanço dessa região, com isso, devem ser incentivadas e fomentadas pelo poder público para que tenha um banco de informações disponível para ações de desenvolvimento. Neste diapasão, a Frente Parlamentar em prol da Baixada Fluminense, proposta em 2017, na câmara dos deputados em Brasília, é também um importante instrumento de contribuição para as políticas ambientais e sociais para a região.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Local; Desenvolvimento Territorial; Justiça Ambiental.

## REFERÊNCIAS

SILVA, L. **De grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação Econômica e Urbana de uma região.** XII Congresso de história econômica & 13ª Conferência de história de empresas. Niterói, 2017.

MARQUES, A dos S. **Baixada Fluminense: da conceituação as problemáticas sociais contemporâneas.** In: Revista Pilares da História. Duque de Caxias: CMDC/AAIH, vol. 4, N. 6, 2006.

SILVA, L. **De recôncavo da Guanabara a baixada Fluminense: leitura de um território pela historia.** In: Recôncavo: revista de História da UNIABEU, vol3. N 5, 2013a.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>> , acessado em 20/07/18 às 01h10min.

BRASIL. **Lei nº11.445/07 - Política Nacional de Saneamento Básico.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm)> , acessado em 20/07/18 às 01h53min.

BRASIL. **Frente Parlamentar em Prol da Baixada Fluminense.** Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1595224&filename=Tramitacao-REQ+7062/2017](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1595224&filename=Tramitacao-REQ+7062/2017)> , acessado em 19/07/18 às 20h00min.

Faria, H. S. **Saneamento básico na baixada fluminense: comparação dos dados referentes ao abastecimento de água ligada à rede geral e esgotamento sanitário canalizado nos censos demográficos de 2000 e 2010.** Disponível em: <<http://www.ugb.edu.br/anaisimposio/2014/arquivos/pdf-2014/ENGENHARIA-ETECNOLOGIAS/SANEAMENTO%20BASICO%20NA%20BAIXADA%20FLUMINENSE.pdf>>, acessado em 18/07/2018 às 14h00min.